

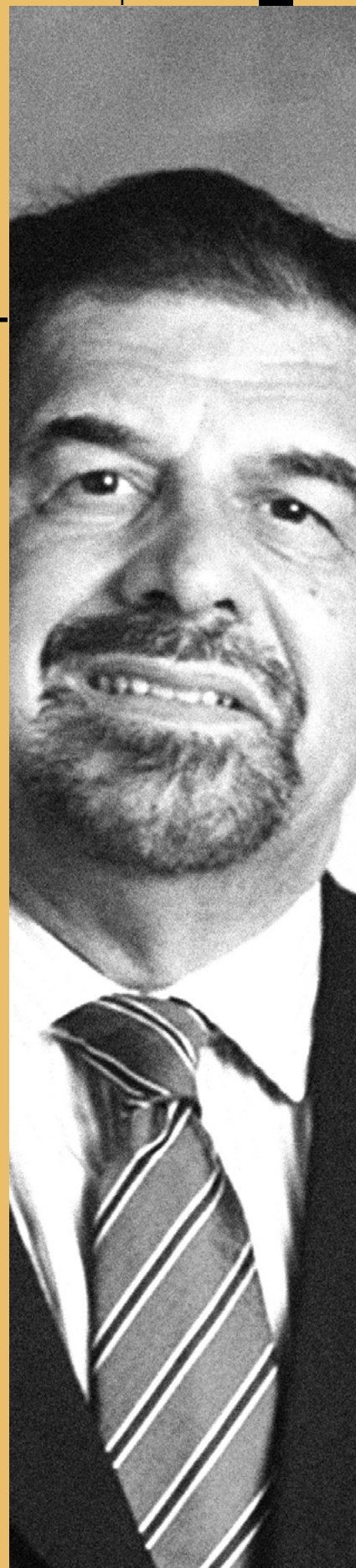
Antonio Corrêa de Lacerda

Presidente do Cofecon

## ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA ECONÔMICA NA PANDEMIA

Antonio Corrêa de Lacerda  
Doutor em Economia, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).  
Presidente do Conselho Federal de Economia do Brasil (Cofecon) 2020, professor doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA) da PUC-SP e sócio-diretor da AC Lacerda Consultores, empresa especializada na análise macro e setorial e seus impactos para empresas e organizações. É autor de cerca de 20 livros e publicou recentemente "O mito da austeridade" (Editora Contracorrente).

A entrevista do Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) Antonio Corrêa de Lacerda concedida a Revista Conjuntura & Planejamento de edição 198 traz a reflexão sobre a necessidade da realização de uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira. Na sua avaliação é hora de se libertar de dogmas que marcaram o debate acerca da condução da economia brasileira ao longo dos anos, “pois estamos diante da maior crise da nossa história. Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias!”. Para Lacerda, “a eventual decisão equivocada de não ampliar os gastos imediatamente, além do enorme custo econômico e social, provocaria um forte impacto fiscal negativo! Vai ser preciso romper paradigmas”, pois os desafios que se apresentam para o futuro envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação e políticas de competitividade nos moldes das melhores práticas internacionais e locais.



SEI – APÓS TERMOS SUPERADO A CRISE DE 2008 COM UM RECEITUÁRIO ECONÔMICO HETERODOXO, COM A EXPANSÃO DA PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA, COMO SAÍMOS DELA AGORA COMO UMA POLÍTICA ECONÔMICA DE ESTADO MÍNIMO?

**ACL** – O debate macroeconômico brasileiro é influenciado por sofismas que dificilmente se sustentam à luz das melhores teorias e bem sucedidas políticas econômicas adotadas internacionalmente. Embora de fácil assimilação e contar com a complacência do “senso comum”, analogias simplistas limitam uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira.

Um exemplo é a visão equivocada de “economia domestica” no que se refere ao orçamento público. A falsa ideia de que “o Estado tem que fazer como as família, que reduzem seu gasto na crise” foi um dos argumentos para a aprovação, no final de 2016, da Emenda Constitucional 95. O problema, como apontamos na época, é que a visão que sustentou sua adoção e aprovação parte de um vício de origem que desconsidera o papel do Estado, tanto o que lhe é definido na Constituição Federal, quanto de exercer seu poder de monopólio de emissão monetária e de dívida pública.

O resultado dessas falsas premissas e estratégias é um processo autofágico em que mais cortes significam mais crise e, portanto, desajuste fiscal, ao contrário do pretendido, uma vez que menos atividade econômica diminui a arrecadação, não apenas pela menor geração de impostos, mas com o aumento da dificuldade de empresas e famílias pagarem suas obrigações gerando crescimento da inadimplência.

É hora de se libertar desses dogmas, pois estamos diante da maior crise da nossa história. Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias!

SEI – COMO O GOVERNO CONSEGUIRÁ ADOTAR POLÍTICAS COERENTES  
PARA EVITAR QUE A RECESSÃO SE TRANSFORME NUMA DEPRESSÃO?

**ACL** – As políticas a serem adotadas implicarão um custo da ordem de R\$700 bilhões (10% do PIB), ao ano. Não há obviamente espaço para tal no Orçamento e será preciso ampliar a dívida pública para fazer frente aos gastos. É um montante expressivo as, a decisão de não implanta-las significará um custo econômico e social muito mais elevado, dado o aprofundamento da depressão e seus efeitos como a quebra de empresas, aumento do desemprego e colapso da renda e também colapsaria a arrecadação tributária.

Ou seja, a eventual decisão equivocada de não ampliar os gastos imediatamente, além do enorme custo econômico e social, provocaria um forte impacto fiscal negativo! Vai ser preciso romper paradigmas. Isso juntamente com a capacidade de gestão na crise serão determinantes para amenizar os seus efeitos.

SEI – O QUE ESPERAR DESTA CRISE PARA O SETOR PRODUTIVO  
BRASILEIRO (INDUSTRIAL, COMERCIAL, FINANCEIRO) NO BRASIL?  
QUAL A EXPECTATIVA DA RETOMADA DOS NEGÓCIOS?

**ACL** – O PIB de 2020 dificilmente escapará de um resultado negativo em pelo menos de cerca de 7%. Tudo vai depender da evolução da crise sanitária e das medidas a serem adotadas pelo governo.

Mas, no período 2017-2019 já vínhamos com um crescimento muito baixo, de apenas cerca de 1% ao ano, muito aquém do desejável e necessário. O nível da formação bruta de capital físico (os investimentos em construção civil, máquinas e equipamentos) mesmo antes da crise corona vírus ainda era cerca de 25% inferior a 2013, antes da crise.

O desafio é alcançar um crescimento mais robusto e sustentado, recuperar os investimentos, o emprego e a renda. Mas, enquanto não nos livrarmos da insistência em incorrer em caminhos equivocados e baseados em falsas premissas, o resultado infelizmente será um “mais do mesmo”. Sem mudar o foco dificilmente lograremos êxito na reversão da crise e em atingir o almejado desenvolvimento sustentável, econômica, ambiental e socialmente.

## SEI – NA SUA OPINIÃO, QUAIS SETORES TENDEM A SER MAIS BENEFICIADOS POR UMA SUPOSTA INTERVENÇÃO MAIS DIRETA DO ESTADO?

**ACL** – O Brasil tem grande potencial, mas, é lamentável que o tema política industrial esteja fora da agenda. A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás, quando o Brasil começava a superar os impactos dos efeitos da crise *subprime* norte-americana. A participação da indústria de transformação no PIB está hoje restrita a pouco mais de 10%. É a metade de 20 anos atrás! É muito pouco, contra uma média internacional de 16%, e bem abaixo do verificado em países como México (17,5%) e Coreia do Sul (27,6%).

Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. Crédito caro e escasso, política cambial errática e longo período de valorização do real, mais as agruras do “custo Brasil”, se encarregaram de agravar o aprofundamento da crise. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais ausentes ou titubeantes tampouco reverteram a situação.

O resultado foi o avanço das importações, especialmente advindas da China, substituindo a produção local. As exportações de industrializados também prejudicadas pelos mesmos fatores mencionados perderam espaço, ou estagnaram e um mercado internacional hipercompetitivo. A balança comercial brasileira segue superavitária influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes. Mas a questão aqui não é “ou”, mas, “e”. O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores tradicionais em que já mantém posição de destaque. No entanto isso não pode e não deve ocorrer em detrimento da indústria e serviços sofisticados.

**SEI** – AS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO PARA GARANTIR EMPREGO E RENDA DO TRABALHO FORMAL E INFORMAL VÃO CONSEGUIR MINIMIZAR O IMPACTO NA ECONOMIA?

**ACL** – Elas teriam sim, essa função. No entanto, tanto o Auxílio Emergencial, (de R\$ 600,00), quanto aos recursos para crédito para as empresas, estão emperrados e não atingem quem de fato precisa. Há problemas sérios de distribuição dos auxílios, causando aglomerações de pessoas nas portas das agências da CEF. O crédito, ainda escasso e caro, ficou empocado nos bancos!

**SEI** – QUAL SERÁ O TAMANHO DO IMPACTO NA EMPREGABILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA?

**ACL** – O emprego está sendo fortemente impactado, pois o choque provocado pela pandemia e a má gestão da crise por parte do Governo Federal tem agravado o problema.. O “estoque” de desempregados é imenso, mesmo antes dos efeitos da pandemia. Há um “déficit social” expressivo. São cerca de 27 milhões de pessoas excluídas do mercado de trabalho, e portanto do consumo, considerando os desocupados, 12 milhões, mais cerca de 5 milhões de desalentados e outros milhões sub-ocupados. Infelizmente, o quadro continuará dramático nos próximos anos.

**SEI** – HÁ COMO MEDIR OS IMPACTOS DA PANDEMIA, COM A PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES NOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES EMPRESÁRIOS? QUAIS AS SAÍDAS PARA AS PEQUENAS, MÉDIAS DE EMPRESAS E MEIS DOS SETORES CONSIDERADOS NÃO ESSENCIAIS?

**ACL** – as pequenas e médias empresas são as mais vulneráveis, pois, em geral não dispõem de um fluxo de caixa suficiente para superar o período de paralização de atividades. Daí a necessidade de receberem auxílios governamentais, como diferimento no pagamento de impostos, crédito com condições favoráveis, em termos de taxas de juros, prazos e carência para iniciar o pagamento. Para além disso, todos têm que se reinventar frente à crise, buscando alternativas para a continuidade da operação, se isso for possível.

SEI – O GOVERNO FEDERAL ANUNCIOU A CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE CRÉDITO PARA O PAGAMENTO DE SALÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR ATÉ DOIS MESES. EM CONTRAPARTIDA, O EMPRESÁRIO TERIA QUE SE COMPROMETER A NÃO DEMITIR OS TRABALHADORES EM DECORRÊNCIA DA CRISE CAUSADA PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. O SENHOR CONSIDERA A MEDIDA SUFICIENTE PARA EVITAR UMA DERROCADADA DOS SETORES PRODUTIVOS E DA EMPREGABILIDADE?

ACL – É preciso fazer muito mais. A taxa básica de juros (Selic) foi reduzida para 3,0%, menor nível nominal histórico brasileiro. Mas, embora a taxa básica de juros seja relevante e uma condição necessária, ela não é suficiente, por si só, para estimular a produção. Há outros fatores relevantes a ser considerados. Uma Selic mais baixa é importante para as decisões na produção e sempre lembrada e reivindicada pelos agentes, uma vez que diminui o “custo de oportunidade” do capital. Sendo a base de remuneração das aplicações financeiras, o investimento na produção, em tese, passaria a ser estimulado. Porém há ainda um aspecto significativo do verdadeiro “vício brasileiro” que é a enorme distancia entre o nível da taxa básica de juros e aquelas oferecidas ao tomador final. E isso também cabe ao Banco Central, que é o regulador do mercado.

Também não vejo viável dispensar a atuação dos bancos públicos, em especial o BNDES para fomentar a reindustrialização brasileira.

SEI – O CORONAVÍRUS VAI CONDENAR TODA A DÉCADA DE 2020? ESTAMOS NOVAMENTE DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UMA NOVA DÉCADA PERDIDA?

ACL – Vamos ter uma década perdida. Mas, como argumentei antes, isso não se deve apenas ao Corona vírus. Estamos construindo esse caminho *há um bom tempo*. Desindustrialização, desnacionalização, reprimarização da estrutura produtiva e de exportação, precarização do mercado de trabalho são causas e consequências das péssimas escolhas dos últimos anos e que nos levaram à crise atual.

## SEI – COMO O SENHOR ENXERGA O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS PANDEMIA?

**ACL** – Os desafios que se apresentam para o futuro, portanto, envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação de políticas de competitividade (políticas: industrial, comercial e de inovação) nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar que apenas as “forças do mercado” e a “fé” na abertura comercial poderiam por si só nos recolocar no caminho do desenvolvimento. Não foi assim nas melhores experiências internacionais conhecidas.

Os pressupostos da chamada Indústria 4.0 esta a nos exigir estratégias ousadas, mas, igualmente, seria um equívoco desconsiderar a experiência da indústria tradicional e resiliente no Brasil. Isso não vai se dar somente pelas “forças do mercado”. Uma boa estratégia pressupõe o diagnóstico adequado. Do contrário, avaliações equivocados nos levarão, inexoravelmente, a falsas soluções.